

Petrolino

Ano VIII | nº 80 | Julho/Agosto 2020



RESISTÊNCIA

Acordo assinado, agora é ampliar a luta contra as resoluções 22 e 23 da CGPAR

Após duas semanas de assembleias e de muito debate, a categoria petroleira aprovou o indicativo da FUP para o Acordo Coletivo de Trabalho, votando sim para a terceira contraproposta da gestão do Sistema Petrobrás.

Na Bahia, foram 849 votantes, sendo que 569 (67%) votaram sim, 231 (27,2%) votaram não e 49 (5,8%) se abstiveram de votar.

A assembleia dos (as) aposentados (as) e pensionistas aconteceu através da plataforma de videoconferência ZOOM, teve início às 9h do sábado (12/09), encerrando-se às 14h30. Durante quase 6 horas de assembleia, a categoria tirou dúvidas a respeito da forma de votação e da última contraproposta da estatal, deu sua opinião, ouviu os argumentos de quem era a favor e contra a contraproposta e, a maioria, depois de ter recusado as duas pri-

meiras contrapropostas da gestão da estatal – também seguindo o indicativo da FUP – chegou à conclusão de que o melhor no momento é a aceitação dessa última contraproposta. O ACT foi assinado pela FUP e seus sindicatos no dia 16/09.

Antes da realização das assembleias, houve um amplo e franco debate com a categoria a respeito do teor da contraproposta que, apesar de não ser a ideal, foi a possível, após alguns avanços, nesse momento conturbado pelo qual passa o Brasil, com ataques incessantes aos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Nesse contexto é muito importante o que conquistamos: a manutenção do ACT com todos os seus direitos por dois anos. Além de ter conseguido reduzir o aumento que a Petrobrás iria aplicar nas tabelas do grande risco da AMS, mantendo o regramento do plano de saúde no ACT. Também conquistamos a garantia de emprego até 31 de agosto de 2022, o que significa que por dois anos não haverá demissão sem justa causa.

Sem ACT não há AMS ou Petros



Ao aprovar a assinatura do ACT, a categoria entendeu a importância e urgência de garantir no Acordo as regras e direitos do plano de saúde. Caso contrário, ficaríamos à mercê da ANS, da justiça e da gestão do Sistema Petrobrás, o que seria um grande risco, principalmente levando-se em conta a atual situação do Brasil.

Com o ACT assinado, temos a segurança necessária para somar forças com outras categorias que se mobilizam para derrubar as resoluções 22 e 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que alteraram as regras dos planos de saúde de empresas estatais.

Mantendo os direitos que preservamos a duras penas

no Acordo, temos também os desafios de impedir a implantação da associação para gerir a AMS e o de barrar as privatizações, pois se a Petrobrás for privatizada não haverá mais AMS, Petros ou qualquer outro direito conquistado ao longo da história de luta da categoria petroleira.

*Às vezes é preciso recuar um pouco para juntar forças e avançar novamente. O momento pede unidade da nossa categoria. Mesmo que não estejamos totalmente satisfeitos é importante que sigamos juntos em defesa do Sistema Petrobras. Temos de fortalecer esse elo, o elo da classe trabalhadora. No Brasil atual, resistência e união são sinônimos de sobrevivência. **Confira na página 2 os principais pontos do Acordo Coletivo aprovado.***



Após assinatura do ACT, desconto da AMS volta a ser feito no contracheque

Novo PP3 é pior que a versão anterior e traz riscos ainda maiores para os participantes e assistidos

VITÓRIA!

Após ações judiciais e assinatura do ACT, boleto para cobrança da AMS não será mais implantado

Atendimento médico não será suspenso por falta de pagamento

Desde a reunião com a Petrobrás no dia 27/07, a Comissão da AMS já vinha fazendo uma série de cobranças aos representantes da Petrobrás, apresentando os problemas que estavam ocorrendo nos descontos dos contracheques dos aposentados e pensionistas, como a ausência de desconto, mesmo havendo margem consignável; imposição de desconto em boleto para os novos aposentados, nas suas rescisões trabalhistas; postergação da implantação do desconto em folha para os assistidos do PP2 e descumprimento de decisões judiciais.

Pressionada pelas inúmeras ações vitoriosas de diversos Sindipetros (o Sindipetro Bahia, por exemplo, tem decisão judicial, em sentença de mérito que obriga ao desconto da AMS em contracheque)

e também pelo fato da aprovação da Medida Provisória convertida em lei, aprovada na Câmara e Senado que garantiu a continuidade dos Convênios do INSS com as Fundações.



Já nessa reunião, os representantes da empresa informavam que a implantação do boleto bancário estaria suspensa. Os representantes da

FUP apresentaram cópias de contracheques de muitos beneficiários sem o devido desconto da AMS, como determinava as decisões judiciais. Os representantes da empresa admitiram que “alguns erros

rápido possível. Prometeram ainda que não haveria a suspensão do atendimento dos credenciados devido ao não desconto da AMS e informaram que os valores que não foram pagos agora, seriam cobrados posteriormente dentro da margem consignável dos beneficiários.

Após assinatura do ACT, os problemas ainda persistem e levarão ainda algum tempo para serem corrigidos. Mas o beneficiário não deve se preocupar porque o atendimento dos credenciados está garantido. Se houver algum caso de recusa de atendimento por falta de pagamento, informe imediatamente ao sindicato. **Mas, atenção! Os beneficiários que estão fora do convênio Petros/INSS só voltarão a ter desconto no contracheque após retornarem para o convênio Petros/INSS.**

Conheça alguns dos principais pontos do Acordo Coletivo aprovado pela categoria

AMS continua no ACT – uma das principais conquistas é a manutenção de todo o regramento da AMS no Acordo Coletivo de Trabalho por mais dois anos. Apesar das resoluções 22 e 23 da CGPAR, que obrigam as empresas estatais a alterarem os planos de saúde até o final de 2021, a AMS está protegida pelo ACT até 31 de agosto de 2022, preservando o benefício para mais de 280 mil beneficiários, inclusive aposentados e pensionistas sem Petros. Em relação ao reajuste do Grande Risco, a empresa concordou em alterar a tabela anteriormente proposta, cujos aumentos abusivos chegavam a 1.422%, penalizando os beneficiários com mais idade e menores rendas. Com a nova tabela, os

reajustes foram reduzidos a menos da metade dos percentuais anteriormente propostos.

Fim do boleto da AMS – Desconto volta a ser no contracheque – a gestão do Sistema Petrobrás finalmente irá acabar com a cobrança da AMS via boletos bancários, garantindo no ACT que os descontos voltem a ser feitos no contracheque, inclusive para os integrantes do PP2, que só tinham a opção dos boletos. *Mas, atenção! Para ter o desconto no contracheque é preciso que o beneficiário esteja inscrito no convênio Petros/INSS.* Essa é uma luta que as entidades sindicais vinham travando desde abril, quando a empresa alterou a forma de cobrança, prejudicando milhares de aposentados

e pensionistas. Muitos deles chegaram a ficar inadimplentes, por conta desta mudança, correndo o risco de perderem o direito à assistência médica em plena pandemia da covid-19.

Benefício Farmácia – 16.800 beneficiários situados nas três primeiras faixas de renda serão isentos de desconto e terão o reembolso integral dos medicamentos adquiridos.

Reajuste salarial – a empresa mantém o reajuste zero em 2020 e propõe reajuste automático de 100% do INPC em setembro de 2021. No entanto, todos os aposentados e pensionistas que reaptoaram tiveram o reajuste do IPCA que foi de 2,44%, no dia 25 de setembro.

Relações sindicais – a gestão da estatal voltará a praticar o desconto em folha das contribuições assistenciais, respeitando o direito de oposição do trabalhador, mas reduzirá o número de liberações de dirigentes sindicais, tanto para a FUP, quanto para os sindicatos.

ACT válido por 2 anos para todas as empresas do Sistema – validade do Acordo será até 31 de agosto de 2022, mantendo a íntegra do atual ACT na Petrobrás e subsidiárias.

Garantia de emprego – a Petrobrás se compromete a não realizar demissões sem justa causa durante a vigência do Acordo Coletivo, ou seja, até 31 de agosto de 2022.



ARMADILHA

Novo PP-3 é pior que a versão anterior e trará mais riscos para os participantes e assistidos que migrarem

O presidente da Petros, Bruno Dias, e alguns dos seus gerentes, se reuniram no dia 09 de julho com o GT Petros para apresentar a nova proposta do Plano Petros 3.

Essa nova proposta atende exclusivamente ao interesse da atual direção da Petrobrás, que continua insistindo na implantação desse plano. O objetivo é reduzir os custos da empresa e eliminar os seus riscos com o patrocínio, ao mesmo tempo que impõe um elevado risco previdenciário aos participantes e assistidos que migrarem para o plano.

Para atender às exigências da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o PP-3 foi repaginado. Os riscos, no entanto, aumentaram: o novo plano é exclusivamente de Contribuição Definida, não tem garantia previdenciária, não tem benefício vitalício e de risco e não há qualquer participação financeira da Petrobrás durante

o recebimento do benefício.

O novo PP-3 é uma armadilha que vai comprometer seriamente o futuro do benefício previdenciário da categoria petroleira, como a direção da FUP vem alertando, desde que o plano foi anunciado, no final de 2018.

O presidente da Petros, Bruno Dias, explicou que o novo plano será oferecido somente aos participantes e assistidos do PPSP-R e do PPSP-NR patrocinados, exclusivamente, pela Petrobrás. O PP-3 não será oferecido aos demais participantes e assistidos das outras patrocinadoras - BR Distribuidora e Petros, nem ao grupo pré-70, que está nos planos PPSP-R pré-70 e PPSP-NR pré-70.

Os representantes da Petros esclareceram, também, que os participantes e assistidos dos PPSP-R e do PPSP-NR que quiserem migrar para o novo PP-3 terão que renunciar das ações judiciais contra os seus respectivos

planos.

Os representantes da FUP e da FNP no GT Petros questionaram vários pontos da proposta, principalmente as regras para a migração, alertando sobre os riscos impostos aos participantes e assistidos que saírem dos PPSPs.

“Além da insegurança de ser um plano de CD puro, a redução dos benefícios do novo PP-3 é enorme, pois ele foi formatado sob a lógica da retirada antecipada dos ativos financeiros que forem transferidos dos PPSPs. Trata-se de um plano meramente financeiro e não de previdência. Um plano de previdência garante renda vitalícia e não o saque antecipado de recursos financeiros. Somos totalmente contrários ao novo PP-3, pelo seu caráter meramente financeiro e não aceitaremos que as regras de migração comprometam os atuais PPSPs”, alerta o diretor da FUP, Paulo César Martin.

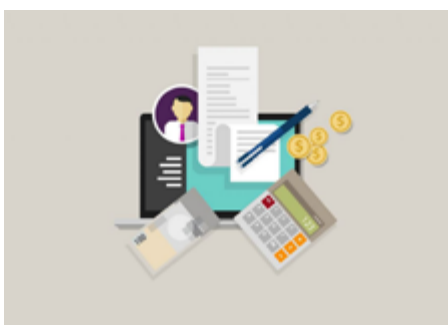
A proposta do novo PP-3 será

encaminhada formalmente às entidades sindicais e será avaliada pelas suas assessorias e direções, que farão o debate com os participantes e assistidos dos PPSPs. O PP-3 já foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros e antes de ser submetido à Previc, o novo PP-3 precisa ser aprovado pela Sest - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia.

“Os representantes da FUP deixaram muito claro, ao final da reunião, que se a migração dos recursos financeiros para o novo PP-3 afetarem a liquidez e a solvência dos PPSPs, as entidades sindicais irão implementar todas as ações políticas, jurídicas e institucionais necessárias para barrar a sua implantação, da mesma forma que já foi feito para barrar o PPV - Plano Petrobrás Vida e a primeira versão do PP-3”, explicou Paulo César. [FUP]

AGO

Categoria aprova contas do exercício de 2019 do Sindipetro Bahia



Os associados e as associadas ao Sindipetro Bahia aprovaram as contas do exercício de 2019 da entidade sindical, seguindo o indicativo do Conselho Fiscal que recomendou a aprovação com pequenas ressalvas como sugestões de melhoria.

A **Assembleia Geral Ordinária (AGO)** aconteceu na

manhã da sexta-feira (10/07) através da plataforma de videoconferência **ZOOM**. Dos presentes, 91% votaram pela aprovação das contas, 9% se abstiveram e não houve nenhum voto contrário.

Quem quiser ver a prestação de contas aprovada basta acessar o site do Sindipetro (www.sindipetroba.org.br) clicar na aba “O Sindicato”, em seguida clicar em “Prestação de contas”. A **AGO** também ficou gravada na página do facebook do Sindipetro (<https://www.facebook.com/sindipetroba/>) para quem quiser acompanhar as explicações posteriormente.

Fique ligado!

No próximo Petrolino vamos falar sobre uma série de ações em defesa da Petros e da AMS que foram aprovadas no congresso dos petroleiros da Bahia e no CONFUP.



Estamos enfrentando momentos muito difíceis. A tentativa mais recente de retirada de direitos da categoria foi

a contraproposta apresentada pela direção da Petrobras para o Acordo Coletivo, que poderia inviabilizar a AMS.

A estatal propôs aumentos tão absurdos que a maioria dos aposentados e pensionistas não teria condições de pagar o plano de saúde. Felizmente, conseguimos derrotar essa tentativa da empresa e fechamos um ACT que preservou todas as cláusulas da AMS.

Vamos continuar resistindo. Enquanto durar a pandemia da Covid-19 encontraremos formas seguras de dar prosseguimento a essa luta, inclusive pelas redes sociais.

SINDIPETRO BAHIA

Diretoria toma posse afirmando compromisso com a luta e disposição para enfrentar novos desafios

Cada qual no seu canto, mas todos juntos. Esse foi o sentimento que na noite da sexta-feira (16/07) permeou a posse da nova diretoria do Sindipetro Bahia que nos próximos quatro anos (2020/2024) ficará à frente da entidade sindical.

O petroleiro Jairo Batista, que foi reeleito Coordenador Geral do Sindipetro Bahia, afirmou que “a posse da diretoria em meio à pandemia da covid-19, que obriga o afastamento social entre as pessoas é algo inédito, mas essa cerimônia simbólica, feita de forma virtual, nos dá o pon-

tapé inicial para que a gente possa dar continuidade à luta, tão necessária, que vem de muitos e muitos anos – feita por muitos dos que hoje estão aposentados e aposentadas -, mas que nesse momento exige maior coesão e resistência de todos nós”.

Estiveram presentes, de forma virtual, diretores sindicais dos Sindipetros (de Norte a Sul) filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e também de outras categorias.

Na mesa de abertura estavam a presidenta da CNQ, Lucineide Varjão, o

presidente da CTB Bahia, Pascoal Carneiro, a presidenta da CUT Bahia, Maria Madalena Oliveira Firmo (Leninha) e o Coordenador Geral da FUP, Deyvid Bacelar.

A cerimônia foi encerrada após o coordenador dar posse à nova diretoria fazendo a leitura dos 45 nomes dos petroleiros e petroleiras que estarão à frente da organização e funcionamento da entidade.

Veja abaixo a composição da nova diretoria do Sindipetro Bahia para o quadriênio 2020/2024.

Adson Conceição
Agilson Pinheiro das Cruz
Aginaldo dos Anjos
Alden Carlos Silva Martins
Alexandre Freire Gomes
André Araújo
André Borges Machado
André Luiz de Souza Lobo
Antônio Vieira do Nascimento
Atila de Souza Barbosa
Carlos Alberto Santana Rosário
Cedro Costa e Silva (licenciado*)
Christiane Petersen
Climério Chaves Reis
David Leal (licenciado*)
Deyvid Souza Bacelar da Silva

Elcio da Silva Santana
Eliú Evangelista Amaral
Elizabete Sacramento
Enilson Costa Suzart
Francisco Ramos
Franklin Carlos Cruz da Silva
Gilberto Silva
Gilson da Cunha Sampaio (licenciado*)
Jailton Barbosa Matos Andrade
Jailza Barbosa dos Santos
Jairo Batista (coordenador)
João Marcos
João Oscar da Silva Filho
Jorge Augusto Portela Braga
Jorge Braga

Lazaro Santana Carvalho
Leonardo de Souza Uripia
Luciomar Machado
Luis Carlos Mairisn Fonseca
Luiz Matos
Marise Costa Sansão
Paulo Cesar Martin
Paulo Landulfo de Miranda
Radiovaldo Costa (licenciado*)
Robson Santos Silva
Sarah Kamilla de Araujo Sousa
Sergio Henrique Melo Fernandez
Silvano Alves da Silva
Sinvaldo Silva Costa
Valter Paixão dos Santos Júnior

*Após a posse, esses diretores se licenciaram para as eleições municipais

QUADRIÊNIO

Conselho fiscal é eleito em assembleia

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que aconteceu de forma virtual, na noite da quarta-feira (15/07), foram eleitos os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal do Sindipetro Bahia, para o mandato de 16/07/2020 a 15/07/2024.

Foi inscrita apenas uma chapa que após ser eleita com 95% dos votos e apenas 1 abstenção, tomou posse durante a própria AGO.

Conheça a Composição do Conselho Fiscal

► TITULARES

Adailson Marcelo de Oliveira

(aposentado – Transpetro)

Roque Sotero

(aposentado – UO-BA)

Valdemar Gabriel dos Santos

(aposentado – UO-BA)

► SUPLENTES

Anisvaldo Bonfim Daltro

(Fafen)

João Santos de Santana

(aposentado - Rlam)

Élcio Carlos Santos Coelho

(Rlam)

Fique em casa, pelo seu bem e o da sua família e aproveite para ler o Petrolino